

edp

Renováveis

MONTE VERDE HOLDING S.A.

CNPJ nº 31.613.091/0001-64

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais - Controladora - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Nota

31/12/2024

31/12/2023

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa

Partes relacionadas

12

10

10

18

4.833

4.770

4.843

4.780

Partes relacionadas

18

10.814

355.721

19

461.270

366.431

21

87

-

472.171

722.152

Total do ativo

477.014

726.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais - Consolidado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Nota

31/12/2024

31/12/2023

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa

Concessionárias

Impostos a compensar

12

26.997

4.390

13

21.348

26.612

14

16.768

14.968

20

7.740

-

15

6.329

7.175

17

699

527

16

920

44

80.801

53.716

Partes relacionadas

18

1.725

-

20

58.486

52.517

17

7

11

21

1.606.123

1.661.037

1.666.341

1.713.565

Total do ativo

1.747.142

1.767.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Capital social

Prejuízos/Lucros acumulados

Total

Saldos em 31 de dezembro de 2022

277.879

(24.852)

253.027

Resultado do exercício

-

17.792

17.792

Aumento de capital social

100.000

-

100.000

Saldos em 31 de dezembro de 2023

377.879

(7.060)

370.819

Resultado do exercício

-

(63.270)

(63.270)

Aumento de capital social

160.912

-

160.912

Saldos em 31 de dezembro de 2024

538.791

(70.330)

468.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Controladora

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

31/12/2024

31/12/2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Prejuízo/Lucro líquido do exercício

Equivalência patrimonial

(63.270)

17.792

(63.182)

(17.849)

(126.452)

(57)

Variações em:

Adiantamento a fornecedores

Dividendos a receber

Fornecedores

Caixa proveniente das atividades operacionais

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Adiantamento para futuro aumento de capital em Controladas

Partes relacionadas

Aumento de capital em controladas

Adições ao imobilizado e intangível

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Aumento de capital

Partes relacionadas

Adiantamento para futuro aumento de capital

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

-

(63)

(76)

4

(4.770)

(126.511)

(4.900)

(126.511)

(4.900)

-

-

344.907

129.316

(31.657)

-

(87)

-

313.163

34.096

160.912

100.000

(347.564)

-

-

(129.194)

(29.194)

(8)

(8)

10

10

-

(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

31/12/2024

31/12/2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Encargos de dívidas sobre empréstimos

Depreciações e amortizações

Juros provisão desmantelamento

Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16

Ajuste contrapartida suprimento de energia pela energia gerada (nota 13 e 22)

(53.150)

17.792

98.384

82.668

54.784

54.669

710

562

2.725

2.466

31.348

-

134.801

158.157

Variações em:

Concessionárias

Impostos a compensar

Despesas pagas antecipadamente

Adiantamento a fornecedores

Material de consumo

Outros créditos

Fornecedores

Impostos a pagar

Partes relacionadas

Outras contas a pagar

Caixa proveniente das atividades operacionais

Juros pagos

Imposto de renda e contribuição social pagos

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Cauções e depósitos vinculados

Adições ao imobilizado e intangível

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos e financiamentos

Aumento de capital

Partes relacionadas

Amortização do principal de empréstimos

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento

Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

(29.681)

(24.502)

(1.801)

(93)

(167)

(527)

(876)

10.228

846

(1.156)

5.470

(20.747)

(90.147)

(739)

13.531

1.871

(50.958)

6.367

(865)

89.814

19.038

(24.895)

(6.154)

(6.937)

(5.590)

57.982

7.294

(13.709)

(45.008)

(310)

(68.393)

(14.019)

(113.401)

196.030

-

160.912

100.000

(347.564)

-

(30.734)

(7.392)

(21.358)

92.608

22.607

(13.499)

26.997

4.390

4.390

17.889

22.607

(13.499)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

edp

Renováveis

MONTE VERDE HOLDING S.A.

CNPJ nº 31.613.091/0001-64

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações de Resultados - Controladora

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Nota

31/12/2024

31/12/2023

Custo de operação

Materiais e serviços de terceiros

Outros custos de operação

28

(46)

-

(7)

-

(53)

-

(53)

-

Lucro bruto

Despesas e Receitas

Despesas gerais e administrativas

Outras despesas e receitas operacionais

28

(16)

(20)

(3)

(37)

(19)

(57)

Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos

18

(63.182)

17.849

(63.182)

17.849

Despesas financeiras

29

(16)

-

(16)

-

(63.270)

17.792

(63.270)

17.792

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Resultado líquido do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados - Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Nota

31/12/2024

31/12/2023

Receita operacional líquida

27

165.649

228.627

165.649

228.627

Custo do serviço de energia elétrica

Custo com energia elétrica

Encargos com uso de rede elétrica

Energia elétrica comprada para revenda

28

(27.863)

(23.974)

(4.953)

(544)

(32.816)

(24.518)

Custo de operação

Depreciações e amortizações

Serviços de terceiros e materiais

Outros custos de operação

28

(54.784)

(54.669)

(29.615)

(33.922)

(4.145)

(5.392)

(88.544)

(93.983)

44.289

110.126

Despesas e Receitas

Despesas gerais e administrativas

Outras despesas e receitas operacionais

28

(222)

(556)

(639)

(828)

(861)

(1.384)

Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos

29

43.428

108.742

Receitas financeiras

Despesas financeiras

14.607

3.207

(111.185)

(85.901)

(96.578)

(82.694)

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

(10.120)

(8.256)

(10.120)

(8.256)

Resultado líquido do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Controladora

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

31/12/2024

31/12/2023

Resultado líquido do exercício

(63.270)

17.792

Resultado abrangente do exercício

(63.270)

17.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

31/12/2024

31/12/2023

Resultado líquido do exercício

(63.270)

17.792

Resultado abrangente do exercício

(63.270)

17.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da Controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na Controlada, e no investimento da Controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na Controladora, classificados como ativo não circulante. **l) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **m) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **n) Ativos e passivos financeiros:** Classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

7. RISCOS CLIMÁTICOS

Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia. A gestão desses riscos e oportunidades é realizada no âmbito do Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através dos pilares de adaptação e gestão de riscos, mitigação e descarbonização e transição justa e cultura climática. No pilar de adaptação e gestão de riscos, o foco é o aumento da capacidade de resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as atividades de distribuição elétrica são constantemente investindo em novos ativos, tecnologias, manutenção preventiva, infraestruturas mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agenda regulatória do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seus processos operacionais e inovação são estratégias adotadas para mitigação desses riscos. No pilar de mitigação descarbonização, a Companhia contempla iniciativas voltadas à transição energética para uma matriz renovável e à redução de emissões, contemplando novas fontes de energia, como a energia solar, e a redução de emissões de gases de efeito estufa. As emissões em curto, médio e longo prazos. Por fim, no pilar de transição justa e cultura climática, aproxima-se da sociedade presente nas regiões de atuação da Companhia, através de investimentos sociais e ações de comunicação que buscam viabilizar a transição energética de uma forma justa e sem deixar ninguém para trás.

8. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO

A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, promoveu significativa alteração no sistema tributário nacional brasileiro no que concerne à tributação quanto ao consumo. Dentre as mudanças, destaca-se a extinção do PIS, da COFINS, ICMS, ISS e alteração quanto ao IPI, dando lugar ao IVA Dual (Contribuição Sobre Bens e Serviços "CBS" - Federal e Imposto sobre Bens e Serviços "IBS" - Estadual e Municipal), além do Imposto Seletivo - Federal. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta a parte da Reforma Tributária, estando em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Poder Executivo nº 198/24, e a proposta de alteração da regulamentação do Comité Gestor do IBS. A transição para o novo modelo ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2032. Durante esse período, os tributos antigos serão progressivamente substituídos pelos novos, portanto, os efeitos da Reforma Tributária sobre o consumo não são verificados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo EDP acompanha a evolução do tema sobre Reforma Tributária desde o início e permanecerá avaliando os impactos.

9. APLICAÇÃO DAS REGRAS FISCAIS DO MODELO PILLAR 2 DA OCDE

A iniciativa "Pillar 2" determina que os grupos multinacionais que possuem um volume de negócios global anual superior a € 750 milhões (em pelo menos dois dos quatro anos fiscais consecutivos anteriores à apuração do exercício) recolham pelo menos 15% do imposto sobre a renda em todas as jurisdições em que atuam, estabelecendo um nível mínimo de tributação. Essa iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem como objetivo coibir a concorrência fiscal internacional e desencorajar planejamentos tributários abusivos que visassem a redução drástica da carga tributária. Em dezembro de 2024 foi sancionada a Lei 15.079 que institui o Adicional da Contribuição Social do Lucro Líquido ("CSLL"), introduzindo no Brasil o chamado *Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax* ("QDMTT"), em linha com a iniciativa Pillar 2 da OCDE. Grupos multinacionais que estiverem no escopo da regra deverão testar se a alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL) do exercício, calculada com base nas Regras GloBE introduzidas pela Lei, atinge o padrão mínimo de 15%. Caso contrário, será devido o Adicional de CSLL correspondente à diferença apurada. O Grupo EDP está avaliando a norma e seus impactos aplicáveis para o ano calendário de 2025.

10. IMPACTOS DO AMBIENTE GEOPOLÍTICO E MACROECONÔMICO

Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas transfronteiriças. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, altas taxas de inflação, assim como altas taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. O aumento da inflação e das taxas de juros também pode causar incerteza significativa na estimativa em relação à medição de ativos e passivos de curta e longa duração. As entidades também podem precisar considerar novas ou expandidas divulgações nesta área.

11. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade a IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir: Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma

Descrição da alteração

Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)

Revisão 24: CPC 03 (R1), CPC 32 e CPC 40 (R2)

OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade

ICPC 19 - Tributos

ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (funding) Mínimo e sua Interação

CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisão 26: CPC 32 e CPC 48

Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (*sale and leaseback*).

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.

O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.

Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (*funding*) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (*funding*) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.

Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.

Norma

Descrição da alteração

Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)

Revisão 24: CPC 03 (R1), CPC 32 e CPC 40 (R2)

OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade

ICPC 19 - Tributos

ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (funding) Mínimo e sua Interação

CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisão 26: CPC 32 e CPC 48

Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (*sale and leaseback*).

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.

O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.

Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (*funding*) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (*funding*) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.

Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.

Correlação IASB

Natureza

Data de vigência

IAS 1/ IFRS 16

Pronunciamento

01/01/2024

IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7

Pronunciamento

01/01/2024

Não há

Orientação

01/01/2024

IFRIC 21

Interpretação

01/01/2024

IFRIC 14

Interpretação

01/01/2024

Não há

Pronunciamento

01/03/2024

IAS 12/ IFRS 9

Pronunciamento

01/07/2024

continua

...continuação

MONTE VERDE HOLDING S.A. | CNPJ nº 31.613.091/0001-64

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade (ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e de suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Controladora

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	10	10
Total	10	10
Consolidado		
Bancos conta movimento	4.331	4.390
Aplicações financeiras - renda fixa	22.666	-
Total	26.997	4.390
As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação e centralizadoras. As contas centralizadoras recebem as receitas dos contratos de venda de energia, que são utilizadas para pagamento de dívidas e, caso necessário, complementação de saldo mínimo de reservas das dívidas. Os valores remanescentes, são transferidos para as contas de livre movimentação. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem.		

13. CONCESSIONÁRIAS

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
Mercado regulado	19.980	20.527
Mercado livre	1.368	6.085
Total	21.348	26.612
A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício corrente, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2024. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:		
A vencer	31/12/2024	31/12/2023
Até 60 dias	21.348	26.612
Total	21.348	26.612

14. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a compensar		
ICMS	12.995	12.882
Imposto de renda e contribuição social	3	2
IRRF sobre aplicações financeiras	3.716	2.033
ISS	44	44
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	7	7
Outros	3	-
Total	16.768	14.968
Impostos a pagar		
ICMS	12.222	11.780
Imposto de renda e CSLL	6.827	4.528
Imposto sobre importação	8	9
IRRF sobre aplicações financeiras	22	14
PIS, COFINS e CSLL serviços prestados por terceiros	46	14
PIS e COFINS	543	867
ISS	42	71
Outros	23	65
Total	19.733	17.348

15. ESTOQUE MATERIAL DE MANUTENÇÃO

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Estoque de materiais de almoxarifado	6.329	7.175
Total	6.329	7.175
16. Adiantamentos a fornecedores		
Consolidado		
Adiantamentos a fornecedores	31/12/2024	31/12/2023
	920	44
Total	920	44
17. Despesas antecipadas		
Consolidado		
Circulante		
Despesas antecipadas	699	527
Total	699	527
Não circulante		
Despesas antecipadas	7	11
Total	7	11

18. TRANSACÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia e suas Controladas com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Controladora

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Dividendos a receber			
Dividendos a receber	MV I	4.833	4.770
Partes relacionadas			
Adiantamento para futuro aumento de capital	MV I, II, III, IV, V e IV	10.814	355.721
Total ativo		15.647	360.491
Passivo			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura	EDP Renováveis Brasil	(4)	(4)
Partes relacionadas			
Adiantamento para futuro aumento de capital	EDP Renováveis Brasil	(8.545)	(356.109)
Total passivo		(8.549)	(356.113)
Total ativo e passivo		7.098	4.376
Resultado			
Lucros Acumulados			
Resultado das participações societárias		(63.182)	17.849
Total resultado		(63.182)	17.849
Consolidado			
Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Outros créditos			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A.	1.591	-
Compartilhamento de Capex	Monte Verde I	12.439	-
Compartilhamento de Capex	Monte Verde II	13.081	-
Compartilhamento de Capex	Monte Verde III	12.439	-
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	Monte Verde IV	2	-
Compartilhamento de Capex	Monte Verde V	12.439	-
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	Monte Verde VI	12.439	-
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	Solar Novo Oriente I	134	-
Total		64.564	-
Adiantamento para futuro aumento de capital Monte Verde II		3.348	-

19.1 Participação direta dos investimentos

Ações (mil)

		% participação	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Capital social			
Capital integralizado			
Capital votante			
Ativos totais			
Passivos (Circulantes e Não circulantes)			
Patrimônio líquido			
Receitas			
Resultado do exercício			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Companhias			
Ordinárias Ordinárias			
Monte Verde I	8.215.600 5.894.700	100,00% 100,00%	100,00% 100,00%
Monte Verde II	8.030.949 5.894.700	100,00% 100,00%	100,00% 100,00%
Monte Verde III	7.020.900 5.157.860	100,00% 100,00%	100,00% 100,00%
Monte Verde IV	5.600.927 4.052.600	100,00% 100,00%	100,00% 100,00%
Monte Verde V	45.315 2.947.340	100,00% 100,00%	100,00% 100,00%
Monte Verde VI	5.270.590 3.846.660	100,00% 100,00%	100,00% 100,00%

20. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Cauções e depósitos vinculados	7.740	-
Total	7.740	-
Não circulante		
Cauções e depósitos vinculados	58.486	52.517
Total	58.486	52.517
Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretirável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter até a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida BNDES o valor necessário para perlar o montante equivalente mínimo, seis vezes o valor da próxima prestação do serviço da dívida do BNDES. Após a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida do BNDES e até liquidação de todas as obrigações garantidas, o valor necessário para perlar o montante equivalente a mínimo, seis vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do BNDES. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada a liquidação da obrigação assumida do financiamento.		

21. IMOBILIZADO

Controladora

31/12/2023					31/12/2024				
	Valor líquido	Ingressos	Depre- ciações	Desman- telamento	Transfe- rência	Valor líquido		Valor líquido	
Imobilizado em serviço									
Direito de uso de arrendamentos	19.305	1.096	(896)	-	(244)	-	19.262		
Imobilizado em curso	465	(562)	-	-	-	184	87		
Máquinas e equipamentos	1.641.267	1.914	(53.889)	(440)	(1.894)	1.586.775			
Total	1.661.037	2.448	(54.784)	(440)	(2.138)	1.606.123			
Consolidado									
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024		
Imobilizado em serviço									
Direito de uso de arrendamentos	24.278	19.963	(658)	-	(24.278)	-	19.305		
Imobilizado em curso	1.623.008	65.197	-	-	(1.687.740)	465	1.641.267		
Máquinas e equipamentos	27	64.264	(54.011)	5.442	(62.195)	1.687.740	1.641.267		
Total	1.647.313	149.424	(54.669)	5.442	(86.473)	-	1.661.037		
Imobilizado em serviço									
Imobilizado em curso									
Total									
Consolidado									
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024		
Imobilizado em serviço									
Direito de uso de arrendamentos	24.278	19.963	(658)	-	(24.278)	-	19.305		
Imobilizado em curso	1.623.008	65.197	-	-	(1.687.740)	465	1.641.267		
Máquinas e equipamentos	27	64.264	(54.011)	5.442	(62.195)	1.687.740	1.641.267		
Total	1.647.313	149.424	(54.669)	5.442	(86.473)	-	1.661.037		

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado valor residual de R\$ 114.206, desse valor refere-se as sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque. A Companhia e suas Controladas, por política do Grupo EDP - Energias de Portugal realiza o teste de valor recuperável dos seus ativos para todos os períodos apresentados e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos seus ativos.

22. FORNECEDORES

Controladora

	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas	4	4
Terceiros	-	-
Total	8	4
Consolidado		
Partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
Terceiros	25.815	41.409
Total	5.805	10.958
Total	31.620	52.367
O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente à aquisição de materiais e máquinas e equipamentos para construção do parque eólico.		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927
Encargos de dívida	1.924	7.150
Custo de transação	-	(18.159)
Total	65.883	32.077
O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:		
Contrato		
Instituição financeira	-	BNDES
Valor contratado	-	R\$ 1.026.510
Data da contratação	-	30/12/2019
Valor provisionado	-	R\$790.452
Vigência do contrato	-	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	-	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	-	Principal e juros mensais
Custo de transação	-	Amortização mensal
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		
Consolidado		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927
Encargos de dívida	1.924	7.150
Custo de transação	-	(18.159)
Total	65.883	32.077
O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:		
Contrato		
Instituição financeira	-	BNDES
Valor contratado	-	R\$ 1.026.510
Data da contratação	-	30/12/2019
Valor provisionado	-	R\$790.452
Vigência do contrato	-	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	-	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	-	Principal e juros mensais
Custo de transação	-	Amortização mensal
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		
Consolidado		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927
Encargos de dívida	1.924	7.150
Custo de transação	-	(18.159)
Total	65.883	32.077
O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:		
Contrato		
Instituição financeira	-	BNDES
Valor contratado	-	R\$ 1.026.510
Data da contratação	-	30/12/2019
Valor provisionado	-	R\$790.452
Vigência do contrato	-	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	-	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	-	Principal e juros mensais
Custo de transação	-	Amortização mensal
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		
Consolidado		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927
Encargos de dívida	1.924	7.150
Custo de transação	-	(18.159)
Total	65.883	32.077
O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:		
Contrato		
Instituição financeira	-	BNDES
Valor contratado	-	R\$ 1.026.510
Data da contratação	-	30/12/2019
Valor provisionado	-	R\$790.452
Vigência do contrato	-	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	-	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	-	Principal e juros mensais
Custo de transação	-	Amortização mensal
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		
Consolidado		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927
Encargos de dívida	1.924	7.150
Custo de transação	-	(18.159)
Total	65.883	32.077
O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:		
Contrato		
Instituição financeira	-	BNDES
Valor contratado	-	R\$ 1.026.510
Data da contratação	-	30/12/2019
Valor provisionado	-	R\$790.452
Vigência do contrato	-	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	-	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	-	Principal e juros mensais
Custo de transação	-	Amortização mensal
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		
Consolidado		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927
Encargos de dívida	1.924	7.150
Custo de transação	-	(18.159)
Total	65.883	32.077
O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:		
Contrato		
Instituição financeira	-	BNDES
Valor contratado	-	R\$ 1.026.510
Data da contratação	-	30/12/2019
Valor provisionado	-	R\$790.452
Vigência do contrato	-	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	-	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	-	Principal e juros mensais
Custo de transação	-	Amortização mensal
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		
Consolidado		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927
Encargos de dívida	1.924	7.150
Custo de transação	-	(18.159)
Total	65.883	32.077
O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:		
Contrato		
Instituição financeira	-	BNDES
Valor contratado	-	R\$ 1.026.510
Data da contratação	-	30/12/2019
Valor provisionado	-	R\$790.452
Vigência do contrato	-	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	-	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	-	Principal e juros mensais
Custo de transação	-	Amortização mensal
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		
Consolidado		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927
Encargos de dívida	1.924	7.150
Custo de transação	-	(18.159)
Total	65.883	32.077
O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:		
Contrato		
Instituição financeira	-	BNDES
Valor contratado	-	R\$ 1.026.510
Data da contratação	-	30/12/2019
Valor provisionado	-	R\$790.452
Vigência do contrato	-	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	-	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	-	Principal e juros mensais
Custo de transação	-	Amortização mensal
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		
Consolidado		
	Circulante	Não circulante
	2024	2023
BNDES principal	63.958	24.927</

<

